EDUCAÇÃO & REALIDADE
31(1): 69-88
jan/jun 2006

INFÂNCIA SEXUADA FREUDIANA: condições históricas de seu aparecimento

Amadeu de Oliveira Weinmann

RESUMO – ***Infância sexuada freudiana: condições históricas de seu aparecimento.*** O artigo analisa as condições históricas da elaboração, por Sigmund Freud, de uma teoria da infância, que tem na sexualidade um dos seus pontos nodais. Indica de que modos as linhas de força do dispositivo de infantilidade constituem a infância sexuada freudiana e a configuram como um dos mais poderosos modos de subjetivação infantil, vigentes no século XX. Por fim, problematiza em que medida tal forma de subjetivação ainda opera na contemporaneidade.
Palavras-chave: *infância freudiana, sexualidade infantil, dispositivo de infantilidade.*

ABSTRACT – ***Freudian sexuated childhood: the historical conditions of its appearance.*** The paper analyses the historical conditions of Sigmund Freud's elaboration of a childhood theory, which has sexuality as one of its crucial aspects. It points out in which ways the lines of force of the childhood device constitute the Freudian sexual childhood and turns it into one of the 20th century most powerful ways of children's subjectivation. Finally, it discusses to what extent such way of subjectivation still operates in the present days.
Keywords: *freudian childhood, infantile sexuality, childhood device.*

Freud: instaurador de discursividade sobre a infância

Se, como postula Corazza (2000), a Modernidade[1] constrói a infância como uma espécie de mito de origem dos sujeitos que somos e, ainda hoje, nela buscamos a nossa verdade mais essencial, impossível não reconhecer que poucas vozes foram tão eloqüentes no estabelecimento das novas formas de subjetivação infantil, que irromperam ao longo do século XX, como a de Sigmund Freud. Por esse motivo, neste artigo o fundador da Psicanálise é compreendido como um instaurador de discursividade sobre a infância. Na análise que realiza da função autor, Foucault (2001a [1969])[2] assinala que há autores responsáveis pela produção de algo bem maior do que um livro ou uma obra; refere-se àqueles que inauguram uma tradição, uma teoria, ou uma disciplina, em cujos marcos outros livros, obras e autores florescem. Dentre esses, Foucault isola um grupo, que diferencia dos grandes criadores, que fundam tradições religiosas, literárias ou científicas. Trata-se do que denomina instauradores de discursividade, dentre os quais aponta Freud e Marx como sendo os mais importantes.

De acordo com Foucault, o que singulariza esses autores é muito mais do que a obra que assinam. É o fato de haverem estabelecido as condições e as regras para a produção de uma infinidade de outros discursos. E isso de um modo muito peculiar. Do retorno à obra desses instauradores de discursividade, decorrem formulações conceituais, que não mantêm com o texto inaugural apenas relações de semelhança ou de analogia; "(...) eles tornaram possível (e tanto quanto) um certo número de diferenças. Abriram o espaço para outra coisa diferente deles e que, no entanto, pertence ao que eles fundaram" (idem, p. 281).

Tomar Freud como instaurador de discursividade sobre a infância implica considerar que, a partir da sua elaboração teórica, inaugura-se uma nova configuração de saberes acerca das subjetividades infantis. Em decorrência do seu valor de verdade, esta configuração adquire força normativa e incita àqueles que se encontram sob a sua influência a pôr em movimento um conjunto de práticas de si, no sentido de realizarem-se como sujeitos infantis freudianos. É a partir de tal perspectiva que este artigo analisa, especificamente, um modo de subjetivação infantil, que emerge com relevância da teoria freudiana: o infantil sexuado[3].

Para realizar tal estudo, efetuo um recorte na obra de Freud, elegendo os trabalhos que versam sobre Educação como o ponto de partida das análises sobre a constituição da infância sexuada na elaboração teórica freudiana. Essa escolha decorre da importância atribuída pelos historiadores da infância – especialmente Ariès (1981) e Corazza (2000) – às práticas educacionais da Modernidade, no processo de construção da infância. Porém, também deriva da relevância da infância freudiana, no que concerne aos projetos pedagógicos contemporâneos (cf. Kupfer, 1997). É a partir desses textos de Freud, nos quais a infância e a Educação são entrelaçadas como objeto de discurso, que descrevo essa forma de subjetivação infantil, fabricada pela conceitualização freudiana: o

infantil sexuado. Esboçada essa modalidade de relação consigo, remeto-me a outras produções do fundador da Psicanálise, com o intuito de conferir densidade a tal descrição.

Neste artigo, a análise do sujeito freudiano infantil sexuado problematiza a historicidade da discursividade que o constitui. Nesse sentido, questiona: em que medida a teorização de Sigmund Freud produz uma essencialização da infância? A infância assim construída é um diagnóstico (cf. Foucault, 2000a [1984]), isto é, um esboço de compreensão dos processos de infantilização da atualidade freudiana? Ou, ao contrário, consiste em um universal antropológico[4]? Em uma tentativa de apreender a infantilidade em sua suposta transcendência? Ou, ainda, em um esforço por capturar o que se presume serem os traços essenciais do infantil, para além da diversidade das suas formas históricas?

O ponto de vista sustentado neste artigo é o de que a teorização freudiana sobre a infância produz uma essencialização do infantil, implicada por uma dupla operação. De um lado, essa discursividade apaga os vestígios que vinculam a infância por ela delineada aos processos de infantilização, que lhe são contemporâneos; de outro, fixa identidades infantis e instaura formas infantis de subjetivação, que ainda se projetam sobre a nossa atualidade. Na perspectiva genealógica foucaultiana[5], que norteia a elaboração deste artigo, importa rastrear os laços existentes entre essa modalidade de relação consigo – a infância sexuada freudiana – e os processos históricos de infantilização, engendrados pelo dispositivo de infantilidade (cf. Corazza, 2000). Nesse sentido, faz-se necessário interrogar em que medida esse dispositivo[6] consiste na condição de possibilidade de elaboração do sujeito freudiano infantil sexuado, no seu *a priori* histórico.

Um infantil sexuado

Educar é prevenir neuroses: a crítica à moral sexual repressiva

Nos primeiros artigos freudianos, que tomam a Educação como objeto de análise, observa-se que a questão crucial, que orienta a reflexão em curso, é a prevenção de neuroses. De acordo com Filloux (1997, p. 9), nesses trabalhos – escritos entre 1907 e 1913 – "(...) a educação é vista como um fator de vocação virtual ou realmente patogênica, na medida em que a repressão social das pulsões é fator de neuroses". Nesse momento da sua teorização, interessa a Freud, especialmente, introduzir a abordagem da sexualidade infantil em Educação. Este processo tem três eixos principais:

A. O esclarecimento sexual das crianças: Freud (1996 [1907]) manifesta-se perplexo com o fato de se pretender ocultar das crianças fatos relativos à sexualidade. Do seu ponto de vista, essa postura decorre do pudor, da má consciência e da ignorância dos educadores. Em relação a este último ponto, Freud critica a premissa de que a sexualidade desperta apenas na puberdade, com o amadure-

cimento dos órgãos reprodutivos, afirmando que a criança já vem ao mundo capaz de experimentar sensações sensuais, que não se restringem às estimulações da região genital: "a puberdade apenas concede aos genitais a primazia entre todas as outras zonas e fontes produtoras de prazer, assim forçando o erotismo a colocar-se a serviço da função reprodutora" (idem, p. 125). Desde tenra idade, essas excitações atraem a curiosidade da criança e o não esclarecimento, ou as respostas que tergiversam acarretam danos ao seu desejo de saber e à sua independência de pensamento, podendo, inclusive, conduzir ao adoecimento neurótico[7].

B. A crítica à repressão dos impulsos sexuais infantis: de acordo com Freud (1996 [1913a]), as tentativas dos educadores de suprimir pela força as manifestações da sexualidade infantil sempre fracassam no seu intento, pois, ao invés de produzirem a extinção ou o controle de tais impulsos, elas acarretam apenas o seu expurgo da consciência e do comportamento, soterrando-os no inconsciente[8] – o que implica a constituição de uma predisposição à neurose. Em vez de tentar reprimir os impulsos pertinentes à sexualidade infantil, o educador psicanaliticamente orientado deve incentivar que tais impulsos tomem caminhos diversos tanto da gratificação direta – que, no adulto, desemboca na perversão –, quanto do recalque: berço da neurose. Nesse sentido, compete ao educador adotar uma postura que contribua para que essas excitações abandonem os seus alvos originais (sexuais) e desloquem-se em direção a objetivos culturais (atividades artísticas, intelectuais, etc) – destino este a que Freud denomina sublimação –, ou para a formação de traços de caráter, por meio de um mecanismo psíquico, que preserva a forma como um sujeito lutou para não ser dominado por esses prazeres: a formação reativa. De acordo com Freud, essa é a única maneira da Educação deixar de implicar-se no adoecimento psíquico e de colocar-se a favor de uma profilaxia das neuroses[9].

C. A orientação para a realidade: por ser governada pelo princípio de prazer (cf. Freud, 1996 [1911]), a sexualidade infantil despreza as necessidades do corpo, as regras sociais e as forças da natureza, colocando em risco a sobrevivência da criança. Por esse motivo, o ato educativo deve consistir em uma atividade de proteção da infância, mediante a orientação para a realidade:

> *A* educação *pode ser descrita (...) como um incentivo à conquista do princípio de prazer e à sua substituição pelo princípio de realidade; isto é, ela procura auxiliar o processo de desenvolvimento que afeta o ego. Para este fim, utiliza uma oferta de amor dos educadores como recompensa* (idem, p. 242).

A leitura desses artigos freudianos permite vislumbrar alguns importantes aspectos concernentes à infância construída por tal discursividade. Por um lado, a sexualidade é uma dimensão intrínseca a essa infância, dimensão esta que força alguma é capaz de destruir, dadas as suas múltiplas possibilidades de metamorfose: sublimação, sintomas neuróticos, manifestações perversas, etc. Por outro lado, da repressão cultural dessa sexualidade – realizada, especial-

mente, pela Educação – advêm conseqüências nocivas a um sujeito infantil, as quais podem ser englobadas, sinteticamente, na expressão adoecimento psíquico (neuroses, perversões, inibição do pensamento, etc). Como solução para o problema educacional da prevenção de neuroses, Freud propugna não a gratificação dos impulsos libidinais infantis, tampouco a sua repressão, mas a submissão desses impulsos ao princípio de realidade, mediante o seu deslocamento para alvos não sexuais: fundamentalmente, a sublimação.

Nos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, o autor expõe o que entende serem

> *(...) as três características essenciais de uma manifestação sexual infantil. Esta nasce* apoiando-se *numa das funções somáticas vitais, ainda não conhece nenhum objeto sexual, sendo* auto-erótica, *e seu alvo sexual acha-se sob o domínio de uma* zona erógena (Freud, 1996 [1905], p. 171).

Da confluência desses três fatores, erigem-se circuitos de prazer auto-erótico (pulsões sexuais parciais), em torno de uma zona erógena, constituída a partir da satisfação de uma necessidade biológica[10]. Uma vez que esses circuitos encontram-se dispersos pelo corpo e não constituem um sistema integrado, sob a primazia de uma zona erógena determinada, Freud batiza a organização sexual infantil como perverso-polimorfa.

Entretanto, essa modalidade de organização libidinal já nasce com os seus dias contados. A mesma infância que a produz erige forças psíquicas contrárias à sua constituição hedonista: o asco, a vergonha, as exigências morais, os ideais estéticos, etc. Freud assinala que a construção desses entraves à sexualidade infantil pode parecer efeito da Educação – e, em parte, considera que é. No entanto, postula que "(...) esse desenvolvimento é organicamente condicionado e fixado pela hereditariedade, podendo produzir-se, no momento oportuno, sem nenhuma ajuda da educação" (idem, p. 166). Como que animado por uma teleologia biológica, esse desenvolvimento tem um destino: "o desfecho do desenvolvimento constitui a chamada vida sexual normal do adulto, na qual a obtenção de prazer fica a serviço da função reprodutora, e as pulsões parciais, sob o primado de uma única zona erógena, formam uma organização sólida para a consecução do alvo sexual num objeto sexual alheio" (idem, p. 185).

Embora a Educação pouco contribua para o desenvolvimento sexual normal, o seu potencial de perturbar este curso, desviando-o em direção à anormalidade[11], não é nada desprezível. Em *Moral sexual "civilizada" e doença nervosa moderna*, Freud faz uma crítica contundente à moralidade sexual do seu tempo – a qual é transmitida às crianças por meio da Educação –, imputando-lhe a responsabilidade pela proliferação de transtornos psíquicos de toda ordem. Para o autor, essa moralidade, ao admitir a satisfação libidinal apenas no interior do casamento monogâmico e perpétuo, e com fins estritos de procriação, implica um nível de renúncia, que poucas constituições subjetivas podem tolerar sem adoecer. Freud argumenta que a severidade das exigências efetuadas por tal

moral é contraproducente inclusive no tocante aos seus objetivos culturais, visto que a construção da civilização – suposta herdeira, mediante a sublimação, dos investimentos libidinais aos quais foi negada gratificação – em nada pode beneficiar-se do adoecimento em larga escala dos seus membros.

O perverso polimorfo e a anormalidade

A partir dessas considerações, pode-se pensar o sujeito infantil sexuado, elaborado pela teoria freudiana, em sua relação com a trama de saberes, poderes e modos de subjetivação do dispositivo de infantilidade[12]. Em um primeiro momento, é necessário investigar se este infantil é um natimorto, isto é, se é erigido pelas linhas de força, que constituem o que Corazza (2000) denomina a-vida-a-morte da infantilidade. Em seguida, cabe interrogar se essa subjetividade relança os processos de infantilização, no sentido de extrair a mais-valia de uma infância-sem-fim, e de que modo o faz.

Não é difícil perceber que o infantil sexuado freudiano é uma identidade subordinada e dependente em relação aos adultos. É aos educadores – pais, tutores, professores, etc – que Freud endereça os seus apelos no sentido de que esclareçam as crianças sobre os temas da sexualidade, de que não reprimam as suas manifestações sexuais e de que as ajudem a lidar com a sua instável organização libidinal – sempre passível de desembocar no adoecimento psíquico e, no limite, na morte –, de modo a que possam estruturar-se como sujeitos adultos razoavelmente saudáveis.

Por outro lado, uma educação psicanaliticamente orientada, tal como a enunciada nos textos freudianos em exame, implica a adultização do infantil – e pressupõe a infantilização do adulto. Conforme assinalado acima, a meta de Freud para a educação das crianças é de que elas possam fazer a passagem de uma configuração psíquica governada pelo princípio de prazer para outra, orientada para a realidade. No que concerne ao infantil sexuado, isso acarreta o abandono da sua constituição hedonista e anárquica, por meio da sublimação de todos os componentes libidinais que não convergem para a organização de uma sexualidade adulta dita normal, ou seja, genital, heterossexual e reprodutiva. Embora Freud (1996 [1913b], p. 417) postule que o educador psicanalítico " trabalha com um material que é plástico e aberto a toda impressão, e tem de observar perante si mesmo a obrigação de não moldar a jovem mente de acordo com suas próprias idéias pessoais, mas, antes, segundo as disposições e possibilidades do educando".A sua conceitualização possui um caráter normativo, que atribui à infância um ideal de adultização.

Em *Doença mental e Psicologia*, Foucault aponta o evolucionismo presente na teoria freudiana da libido, vinculando-o às tentativas da Psicologia, de uma maneira geral, de fornecer à Psiquiatria instrumentos conceituais e metodológicos para pensar a doença mental, tais como os que a Fisiologia disponibiliza à Medi-

cina, para a compreensão da doença orgânica. Nessa perspectiva, o evolucionismo tem a função de conferir cientificidade aos saberes psicopatológicos. Em *Vigiar e punir*, essa questão retorna de uma outra forma. Em sua análise das instituições disciplinares, Foucault assinala que as disciplinas instituem séries segmentarmente divididas, hierarquicamente definidas e orientadas para um ponto ideal: "os procedimentos disciplinares revelam um tempo linear cujos momentos se integram uns nos outros, e que se orienta para um ponto terminal e estável. Em suma, um tempo 'evolutivo'" (Foucault, 1987, p. 145).

Penso que essa temporalidade evolutiva é um aspecto crucial da lógica disciplinar e que essa forma de racionalidade consiste no *a priori* histórico de todas as psicologias do desenvolvimento. Em *Os anormais*, Foucault afirma que a infantilização da conduta anormal foi a condição de possibilidade da generalização da Psiquiatria, na segunda metade do século XIX: "parece-me que foi tomando a infância como ponto de mira da sua ação, ao mesmo tempo do seu saber e do seu poder, que a psiquiatria conseguiu se generalizar" (2002a, p. 387). Anteriormente, para que um comportamento fosse psiquiatrizável, era necessário reconhecer nele uma sintomatologia coerente e inscrevê-lo no interior de uma doença reconhecida; a partir do momento em que a infância é adotada como o filtro de análise das condutas, para que essas sejam consideradas anormais, é suficiente que se encontre nelas um vestígio qualquer de infantilidade. Para essa formulação, a anormalidade corresponde a uma falha no desenvolvimento.

Em *A vontade de saber*, Foucault observa que a suspeita de que a sexualidade pudesse consistir em outro poderoso foco de irradiação de anormalidades já se encontra presente na Psiquiatria do século XIX, a qual começa a procurar – nas extravagâncias sexuais, no onanismo e nas fraudes contra a procriação – a etiologia das doenças mentais. Deste processo, resulta a incorporação do conjunto das denominadas perversões sexuais ao domínio exclusivo do saber psiquiátrico.

A partir dessas análises históricas, é possível afirmar que tanto a infância, quanto a sexualidade – bem como uma lógica evolutiva de desenvolvimento – já constituem os saberes disciplinares psicopatológicos do século XIX, isto é, os discursos com pretensão de cientificidade, que procuram estabelecer a normalidade dos comportamentos. A inovação freudiana foi ter entrelaçado esses elementos, desligando-os da teoria da degenerescência (cf. Foucault, 1997). No primeiro dos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, Freud faz um inventário das aberrações sexuais, fazendo-as desembocar no infantilismo do sexo. Ligada, simultaneamente, à infância e à sexualidade, a anormalidade, a partir da teorização freudiana, deixa de ser um privilégio concedido a uns poucos degenerados e passa a consistir em uma dimensão intrínseca à subjetividade humana[13], a qual deve ser idealmente superada – ao longo de um processo de desenvolvimento –, a fim de que o sujeito não se exponha ao risco de sucumbir no adoecimento psíquico.

Porém, se o infantil sexuado freudiano, que emerge dos artigos sobre Educação orientados para a prevenção de neuroses, é adultizado de uma forma cristalina, mais difícil é descobrir, nesses mesmos trabalhos, a infantilização dos adultos. Penso que isso se deve ao fato de Freud pretender sensibilizar pais e professores por meio da difusão das suas teorias:

> *Quando os educadores se familiarizarem com as descobertas da psicanálise, será mais fácil se reconciliarem com certas fases do desenvolvimento infantil e, entre outras coisas, não correrão o risco de superestimar a importância dos impulsos instintivos socialmente imprestáveis ou perversos que surgem nas crianças* (Freud, 1996 [1913a], p. 191)[14].

Freud ainda apela à consciência dos educadores, à sua adultez. Quando, mais tarde, Freud (1996 [1933], p. 148) invoca a necessidade de análise dos educadores, é à infância destes que se reporta: "os pais que tiverem em si a experiência da análise (...), além de lhe deverem [a] compreensão (...) das falhas havidas na sua própria educação, tratarão seus filhos com melhor compreensão e lhes pouparão muitas coisas de que não foram poupados". E eis que se estabelece a especularização! Educar – prevenir neuroses – é impossível (cf. Freud, 1996 [1925; 1937]), porque tanto educandos, quanto educadores são atravessados pelo infantil de uma constituição libidinal, que não cessa de ser adultizada, e pela adultez de uma sexualidade, que não pára de recair na infantilização. É essa incontornável e permanente dissolução de si próprio, documentada pela inevitabilidade do adoecimento psíquico[15] – ou, nos casos mais felizes, por certa dose de anormalidade –, que faz do infantil sexuado freudiano uma identidade natimorta.

Tornar-se um sujeito desejante

Se o infantil sexuado freudiano é um natimorto, que procedimentos de reanimação lhe são oferecidos? Corazza (2000) assinala que a ruptura do dispositivo de infantilidade, que relança a infantilização – rumo a uma infância-sem-fim – constitui-se de dois conjuntos estratégicos: a pedagogização e a sexualização do corpo/alma infantis. Os infantis construídos por essa rede de saberes, poderes e modos de subjetivação devem dobrar (cf. Deleuze, 1988) essas forças, no sentido de educarem-se e sexualizarem-se. Dessa maneira, elaboram-se como sujeitos infantis normais, garantindo uma sobrevida a si próprios e, por extensão, ao Homem (cf. Foucault, 2002b), compreendido como a forma de assujeitamento dominante, na Modernidade.

O sujeito freudiano infantil sexuado insere-se nesse processo, porém de um modo que lhe é peculiar. Educar-se, isto é, dobrar as forças que o pedagogizam, segue sendo um imperativo, mas as formas assumidas por esse educar-se são parcialmente novas. Foucault (1997, p. 29-30) comenta que, ao contrário do

postulado por Ariès (1981), a Pedagogia moderna não organiza as relações das crianças com o sexo no sentido de uma passagem do despudor à inocência: "não se fala menos do sexo, pelo contrário. Fala-se dele de outra maneira; são outras pessoas que falam, a partir de outros pontos de vista e para obter outros efeitos". A partir dessa reorientação discursiva, o que as instituições escolares modernas realizam, em sua obstinada preocupação moralizadora – dita repressiva – com o sexo das crianças, é inocular a sexualidade no coração dos infantis.

Freud opera uma reviravolta tática nessa discursividade. Quando da emergência da teoria psicanalítica, não se trata mais de sexualizar os infantis – por meio de uma educação austera, a qual aponta o sexo como um mal, que pode contaminar, desde o exterior, esses sujeitos –, pois a infância já foi, inexoravelmente, sexualizada[16]. A partir da assunção freudiana da natureza sexual do infantil, educar-se é pôr em novos termos as relações entre sexualizar-se e moralizar-se, de modo a que se perpetue a sexualização do infantil e a infantilização do sexo. Para dar conta deste trabalho, a Pedagogia ganha uma aliada: a Psicanálise.

Na introdução ao livro do pastor e pedagogo suíço Oskar Pfister, sobre o método psicanalítico, Freud (1996 [1913b]) pergunta-se pelas relações existentes entre as práticas educacional e analítica. Do seu ponto de vista, uma vez que os sintomas neuróticos lançam as suas raízes no período da vida em que um sujeito está sendo educado, é possível afirmar que, entre Educação e Psicanálise, estabelecem-se laços de atribuição recíproca[17]. Uma educação sensível à organização sexual infantil pode evitar a eclosão atual ou futura de uma neurose e tornar prescindível a análise. Por outro lado, a análise intervém sobre uma organização neurótica já estabelecida, podendo ser considerada uma espécie de pós-educação. Na perspectiva freudiana, essa confluência é possível porque tanto educar, quanto analisar almejam o mesmo fim: auxiliar o sujeito a desembaraçar-se das inclinações próprias à constituição libidinal infantil, por outros meios, que não a repressão.

Na análise do pequeno Hans, Freud (1996 [1909]) observa que mesmo uma educação psicanaliticamente orientada pode desembocar em uma neurose. E isso porque, na medida em que uma criança introduz-se na cultura, lhe é solicitado que supere a sua organização libidinal originária – o que, muitas vezes, acarreta a um sujeito infantil dificuldades instransponíveis. Nesses casos, a análise propriamente dita pode tomar o lugar da Educação. Mas de que forma? Freud argumenta que, quando as crianças não conseguem sublimar as suas inclinações perverso-polimorfas, a tendência é de que se livrem delas mediante o recalcamento, o que faz com que aquelas inclinações retornem sob a forma de sintomas neuróticos. Nesses casos,

> *(...) a análise não desfaz os* efeitos *da repressão. Os instintos que foram suprimidos anteriormente permanecem suprimidos, mas o mesmo efeito é produzido de uma maneira diferente. A análise substitui o processo de repressão, que é um processo automático e excessivo, por um controle moderado e resoluto da parte das mais altas instâncias da mente. Numa palavra, a* análise substitui a repressão pela condenação (idem, p. 129)[18].

A partir dessas formulações, pode-se afirmar que educar a si próprio – seja por meio de uma pedagogia psicanalítica, ou mediante a própria análise – consiste, para o infantil sexuado freudiano, em uma delicada operação moralizadora, por meio da qual esse sujeito renuncia aos atos e prazeres peculiares à sua constituição libidinal, dela retendo apenas a sua ressonância psíquica: o desejo. Dito de outra forma, educar-se é o exercício ético por meio do qual essa subjetividade escava uma profundidade interior, onde deposita a sua verdade mais essencial: a infantilidade do seu sexo e a sexualidade da sua infância (a dupla face do desejo). Nessa recôndita interioridade, onde reinam o sonho, a fantasia e a imaginação, tudo é permitido. Lá não há tempo – o prazer é instantâneo –, nem contradição: todas as formas de amar ali encontram livre expressão. Em suma, educar-se, para o infantil sexuado freudiano, consiste em vergar a moralidade sexual da Modernidade, elaborando-se como um sujeito desejante. E essa é uma das mais potentes estratégias freudianas de extrair uma mais-valia da infância.

O conceito de desejo é crucial na elaboração teórica de Sigmund Freud e concerne à força das impressões deixadas em um sujeito pelas primeiras vivências de satisfação. No *Projeto para uma Psicologia científica*, de 1895, o modelo teórico do desejo já se encontra delineado. Freud postula que, nos primórdios da sua existência, um ser humano é impotente para remover o estado de premência psíquica gerado pelo afloramento de uma necessidade biológica, dependendo de outra pessoa para que se realize a ação específica, capaz de eliminar tal tensão. A experiência de satisfação proporcionada por essa intervenção inscreve-se de tal forma em uma subjetividade infantil, que, toda vez que a necessidade reapresenta-se, a lembrança daquela vivência é reativada, isto é, o aparelho psíquico "(...) produz algo idêntico a uma percepção – a saber, uma *alucinação*" (Freud, 1996 [1895], p. 337). É a essa tendência a reproduzir as percepções relacionadas às condições em que uma dor psíquica foi apaziguada, que Freud denomina desejo; ao investimento alucinatório da imagem mnêmica da vivência primária de satisfação, Freud (1996 [1900]) designa como realização de desejo.

Entretanto, uma alucinação é incapaz de remover, de um modo duradouro, a tensão da necessidade. Por esse motivo, o aparelho psíquico reorganiza-se, no sentido de promover a realização do desejo também por outros meios, que levem em consideração a realidade. Dessa reorientação resulta uma clivagem subjetiva. Em uma dimensão da subjetividade – o inconsciente –, a atividade mental é altamente instável e as experiências prazerosas são plenas e imediatas, isto é, não encontram barreiras psíquicas para a sua realização. Em outra – o sistema pré-consciente/consciente –, geneticamente posterior e derivada da primeira, os processos mentais são controlados e estáveis, de modo a que um sujeito possa obter de forma segura – embora retardada e parcial – a gratificação almejada. Tanto em uma como em outra, o anseio de reativar as vivências primordiais de satisfação constitui o fulcro do processo desejante.

A teoria freudiana do desejo apresenta-se como uma discursividade racional, elaborada a partir de uma matéria empírica – a clínica psicanalítica. Nesse sentido, refere-se ao desejo como um processo que opera nas subjetividades e que se oferece como um referente para o discurso. Foucault questiona tal enfoque:

> *A noção de desejo ou a de sujeito desejante constituía (...), senão uma teoria, pelo menos um tema teórico geralmente aceito. A própria aceitação parecia estranha: com efeito, era esse tema que se encontrava, segundo certas variantes, no centro da teoria clássica da sexualidade, como também nas concepções que buscavam dela apartar-se; era ele também que parecia ter sido herdado, no Século XIX e no Século XX, de uma longa tradição cristã* (2001b, p. 10).

Em contrapartida, Foucault aborda o desejo como uma construção discursiva – dotada de grande força subjetivante, em nossa cultura –, a qual se encontra dispersa em diferentes discursividades, nelas recebendo uma multiplicidade de sentidos.

Em sua genealogia do sujeito do desejo, Foucault problematiza uma determinada forma de subjetivação, a qual ocupa um lugar relevante na história das sociedades ocidentais: a hermenêutica de si. Tal ética caracteriza-se por incitar os sujeitos que a assumem a constituir, em si próprios, uma interioridade a ser permanentemente esquadrinhada, decifrada e revelada – em uma palavra: confessada[19]. No centro dessa interioridade, absorvendo inteiramente a sua atenção, cintilam os obscuros movimentos do desejo. Foucault (2004a [1982]) localiza na organização da instituição monástica cristã, no século V, o ponto de emergência da experiência cristã da carne, em torno da qual se estrutura a hermenêutica de si.

Nesse modo de subjetivação, o alvo da ação moral, por excelência, é o desejo (concupiscência, luxúria, espírito de fornicação), o qual é identificado com o mal, com o pecado, com a queda e com a morte[20]. Nessa perspectiva, a ascese cristã toma a forma de um combate permanente, que lança mão de técnicas de revelação de si – para si próprio e para os outros –, de decifração do pensamento e de purificação da alma, com o intuito de erradicar do espírito a luxúria. Essa ascética orienta-se por um ideal de pureza absoluta, visando à imortalidade da alma – o que implica a renúncia a si próprio –, e é adotada pelo sujeito cristão como forma de obediência à lei divina, a qual é mediada pelo poder pastoral da Igreja.

Essa ética assenta-se sobre uma distinção sutil, porém crucial, entre o corpo e a carne (cf. Foucault, 2004a [1982]). Não é às necessidades do corpo que o cristão deve renunciar, mas aos prazeres da carne. Entretanto, tal renúncia tem de ir muito além da não realização dos atos vinculados aos prazeres. É imperativo que se perscrutem os movimentos do desejo – as tentações da carne – até nas mais recônditas dobras da alma, até as suas mais longínquas raízes no corpo. E, uma vez encontradas as marcas da concupiscência, o sujeito tem de mortificar-se, a fim de aniquilar, em si próprio, as excitações voluptuosas – ou, ao menos, dissociar-se completamente delas.

No entanto, esse infindável trabalho de auto-análise não se dá sem que intervenha uma interpretação, sem que se decifrem signos, cujo sentido não é imediatamente claro. Como distinguir, dentre os movimentos do corpo e da alma, aqueles que têm inspiração divina e os que provêm do demônio? Pois Satanás é ardiloso e opera a sua obra insinuando-se inclusive nos pensamentos que aparentam possuir a mais pura das procedências. É essa peculiaridade que singulariza a experiência cristã da carne; ela não consiste, simplesmente, em um código de normas que, ao invés de proibir determinados atos, interdita certo tipo de intenção. Ela produz "(...) a abertura de um campo (...) que é o do pensamento, com seu curso irregular e espontâneo, com suas imagens, suas lembranças, suas percepções, com os movimentos e impressões que se comunicam do corpo à alma e da alma ao corpo" (idem, p. 117). Essa ética instaura uma atitude de suspeita em relação ao pensamento, ao que nele pode haver de obscuro ou oculto.

Nesse sentido, Foucault (1999) observa que o cristianismo é não apenas uma religião de salvação, mas, também, uma religião confessional. E isso acarreta obrigações muito estritas com a verdade. O cristão deve professar, em seu íntimo e publicamente, a sua fé na verdade transmitida pela Igreja. Contudo, também é obrigado a revelar, para si e para os outros, a verdade a respeito de si próprio. No cristianismo primitivo, a revelação de si era feita, especialmente, através de um ritual denominado *exomológesis*. Por meio desse ritual, um sujeito se reconhecia como pecador e adquiria o estatuto de penitente. E essa penitência era realizada de uma forma ostensiva – por meio de atos, não de verbalizações –, diferenciando o pecador do restante da comunidade cristã. Dessa forma, ao mesmo tempo em que expressava a sua fé, o penitente produzia o martírio ritual da sua condição pecaminosa.

Com a organização da vida monástica, aparece uma nova técnica de revelação de si: a *exagóreusis*. Essa técnica se fundamenta na obediência irrestrita do monge ao seu diretor espiritual e na obrigação de que oriente os seus pensamentos, o tempo todo, a Deus (contemplação). Por meio da contemplação, o monge investiga, permanentemente, a sua consciência, procurando identificar os pensamentos que não se dirigem a Deus. Por dever de obediência, o monge verbaliza, para o seu diretor, o resultado desse exame. Assim, a *exagóreusis* consiste na "(...) verbalização analítica e contínua dos pensamentos, que o sujeito pratica no marco de uma relação de obediência absoluta a um mestre" (idem, p. 473). Por seu intermédio, o diretor de consciência verifica a pureza de pensamento do monge, procurando descobrir se nele ocultam-se sinais de concupiscência.

Foucault postula que, com a *exagóreusis*, inaugura-se a hermenêutica cristã do desejo, a qual subjetiva fazendo do conhecimento de si um instrumento da renúncia a si próprio. Inicialmente praticada no âmbito dos monastérios, essa modalidade de elaboração de si mesmo disseminou-se amplamente na cultura ocidental. Na Modernidade, a hermenêutica de si desvincula-se do ideal de

renúncia, reconfigurando-se como técnica de produção de saberes, a qual se encontra na gênese das novas formas de subjetivação:

> *A partir do século XVIII e até o presente, as 'ciências humanas' re-inseriram as técnicas de verbalização em um contexto diferente, fazendo delas não o instrumento da renúncia do sujeito a si mesmo, senão que o instrumento positivo da constituição de um novo sujeito. O fato de que a utilização dessas técnicas tenha deixado de implicar a renúncia do sujeito a si mesmo supõe uma ruptura decisiva* (idem, p. 473-4).

A entrelaçar condições históricas tão distintas – a experiência cristã da carne e a experiência da sexualidade –, destaca-se uma técnica, crucial em toda hermenêutica do desejo: a confissão[21]. Foucault (1995b) atribui a proeminência dessa prática de si ao fato de tanto o poder pastoral, quanto o bio-poder consistirem em tecnologias de governo ao mesmo tempo individualizantes e totalizadoras, as quais se exercem impondo aos governados a exigência de revelarem a verdade a respeito de si próprios.

Na moderna hermenêutica de si, a incitação a que um sujeito produza um saber sobre o próprio desejo é indissociável da injunção a que elabore a si mesmo de acordo com a verdade elucidada desse desejo. Nesse sentido, se, na experiência cristã da carne, um sujeito é levado a identificar-se com o seu desejo e, precisamente por esse motivo, a renunciar a si próprio, de modo que se eleve a sua alma imortal, na experiência da sexualidade esse processo tem um outro destino: o si próprio deve coincidir com a singularidade do desejo que se aninha em suas entranhas – constituindo-se como uma individualidade sexuada, dita normal ou patológica – e promover a reiterada afirmação dessa identidade. É em decorrência dessas intrincadas relações entre desejo e verdade do sujeito, que Foucault se interroga:

> *Como se explica que, em uma sociedade como a nossa, a sexualidade não seja simplesmente aquilo que permita a reprodução da espécie, da família, dos indivíduos? Não seja simplesmente alguma coisa que dê prazer e gozo? Como é possível que ela tenha sido considerada como o lugar privilegiado em que nossa "verdade" profunda é lida, é dita? Pois o essencial é que, a partir do cristianismo, o Ocidente não parou de dizer "Para saber quem és, conheças teu sexo"* (1995c, p. 229).

A conceitualização freudiana ocupa um lugar estratégico nesse processo. Se, antes de Freud, os sujeitos modernos constituem-se como individualidades sexuadas, mediante um conjunto de práticas moralizadoras austeras, as quais implantam as sexualidades diversas e as distribuem em torno de uma linha de normalização – por meio de uma irrefreável vontade de saber e de controlar o sexo –, a partir do aparecimento da Psicanálise a experiência da sexualidade reorganiza-se. A teoria freudiana consiste em um discurso com pretensão de cientificidade, o qual emerge em oposição às discursividades vigentes acerca da

sexualidade, afirmando o desejo – com toda a carga de anormalidade que lhe é atribuída, dadas as suas perigosas ligações com o sexo e a infância – como uma verdade humana universal e a sua liberação, por meio de práticas pedagógicas e clínicas específicas, como a estratégia crucial de prevenção e tratamento do adoecimento psíquico. Nessa perspectiva, embora assinale uma importante descontinuidade na experiência da sexualidade, a Psicanálise re-insere a subjetivação no curso da moderna hermenêutica do desejo, ao relançar a identificação do sujeito à verdade do seu sexo.

O sujeito freudiano infantil sexuado elabora-se nos marcos desse processo. Sua constituição libidinal originária – hedonista e anárquica, na qual atos, desejos e prazeres coexistem e convergem no sentido de uma gratificação ampla, geral e irrestrita – produz-se como uma ruptura, que subverte os modos hegemônicos de subjetivação infantil. Capturada nas malhas da moral sexual da Modernidade, por uma discursividade que mantém relações ambíguas com a vontade de normalização própria a tal moralidade, essa constituição libidinal torna-se a matéria bruta de uma operação ética. Por meio de técnicas pedagógicas e clínicas psicanalíticas, um sujeito freudiano infantil sexuado deve refinar, depurar, purificar – isto é, tornar sublime – essa parte de si próprio, até que dela nada mais reste, senão a memória viva dos prazeres experimentados – desejo – e as modalidades bem comportadas de uma sexualidade genital e heterossexual devotada à reprodução (biológica e psíquica) dessa forma de subjetivação. Entretanto, o que se pode esperar de tal desejo, assim esvaziado em sua potência disruptiva e, ainda, circunscrito à esfera familiar e submetido às formas ordenadoras da Lei (cf. Foucault, 1997 e 2001c; Deleuze e Guattari, 1976)? Pode-se esperar que vise restaurar, nostalgicamente (compulsão à repetição?), um estado no qual a economia dos prazeres era muito mais abundante, ou seja, que dele emane uma insaciável vontade de infantil.

Ainda somos infantis sexuados freudianos?

Este artigo interroga-se sobre as condições históricas do aparecimento da infância sexuada freudiana. Tal forma de problematização implica considerar que a constituição de tal modo de subjetivação não é possível em quaisquer circunstâncias, mas apenas em condições passíveis de serem determinadas em sua transitoriedade e efemeridade. Em outras palavras, significa conceder-lhe o estatuto de acontecimento (cf. Foucault, 2000a [1971]), recusando-lhe qualquer pretensão à universalidade. Tal procedimento inspira-se no enfoque genealógico foucaultiano, o qual problematiza a tendência – tão cara à episteme moderna (cf. Foucault, 2002b) – de remontar a um sujeito universal a multiplicidade das modalidades de elaboração de si próprio, que proliferam nas distintas circunstâncias históricas. Por outro lado, tal abordagem permite descentrar a análise do sujeito propriamente dito – no caso, dos infantis sexuados freudianos –, deslocando-a para as práticas heterogêneas, que possibilitam a construção de tal experiência de si.

Especificamente no que concerne à elaboração da infância sexuada freudiana, este artigo sugere que tal modo de subjetivação engendra-se no cruzamento das linhas de força (cf. Deleuze, 1996) dos dispositivos de infantilidade e de sexualidade, precisamente no momento em que essas linhas, entrelaçadas, dobram-se sobre si próprias, relançando a infantilização do sexo e a sexualização da infância. Como afirma Corazza, essa intersecção "(...) pôde funcionar como o lugar de articulação de uma verdade central ao sujeito ocidental: a verdade sexual de seu ser infantil, ou a verdade infantil de seu ser sexual" (2000, p. 227). Freud introduz uma ruptura em tal processo – ou, mais exatamente, tal inflexão histórica torna Freud possível. E é essa descontinuidade que é preciso compreender.

Antes de Freud, os infantis são erotizados mediante um conjunto de estratégias moralizadoras (médicas, pedagógicas, higiênico-sanitárias, demográficas, etc), que visam disciplinar os corpos – regulação do sono e da alimentação, controle esfincteriano, combate à masturbação e ao exibicionismo, etc – e suprimir os prazeres. Tais estratégias, ao mesmo tempo em que intensificam as sensações – circunscrevendo, nos corpos infantis, algumas zonas erógenas –, restringem-lhes as possibilidades de gratificação (em termos freudianos, induzem ao recalcamento). É em tal solo que, embarcando em uma linha de fuga (cf. Deleuze, 1996), a subjetivação infantil relança-se transpondo as linhas de força, que assinalam os limites dos dispositivos de infantilidade e de sexualidade. No tempo fugaz desse movimento transgressivo, os infantis deleitam-se com a sua constituição libidinal hedonista e anárquica – ou, em termos mais austeros, perverso-polimorfa (cf. Freud, 1996 [1905]).

Freud é, simultaneamente, o lugar discursivo onde tal linha de fuga irrompe fulgurante e aquele no qual ela é capturada na tecitura de novos modos de subjetivação infantil, por meio do expurgo dos seus aspectos mais disruptivos. A partir de Freud, a subjetivação infantil dobra-se sobre si própria, descentra-se de uma consciência racional e moral e aloja a sua verdade mais essencial – e, ao mesmo tempo, mais perigosa: o desejo – em uma dimensão da subjetividade que, indubitavelmente, é a mais relevante contribuição freudiana para os sujeitos modernos: o inconsciente. Em *As palavras e as coisas*, Foucault observa que, em torno do conceito freudiano de inconsciente, as Ciências Humanas giram sobre si próprias e instauram novas discursividades acerca do Homem. É na imanência desses saberes que se constituem as novas formas de subjetivação peculiares aos sujeitos do século XX. Nelas, a infância sexuada freudiana ocupa um lugar primordial. Importa interrogarmo-nos em que medida os diversos projetos educacionais, que assumem a infância sexuada freudiana – um sujeito desejante – como o alvo da sua ação pedagógica, promovem efeitos de assujeitamento a determinadas formas de inscrição identitária, as quais se desdobram das práticas constitutivas da experiência freudiana da infância – práticas essas que se supõe serem muito distintas das que organizam a subjetivação infantil na atualidade.

Notas

1. Este artigo deriva de uma seção da Proposta de Dissertação de Mestrado *Nas dobras do dispositivo de infantilidade: a infância freudiana*, defendida em dezembro de 2004, no PPGEDU/UFRGS.

2. Em todas as citações onde aparecem duas datas, a primeira é a da edição utilizada e a que se encontra entre colchetes é a da publicação original.

3. Na Proposta de Dissertação de Mestrado *Nas dobras do dispositivo de infantilidade: a infância freudiana* também são analisados outros dois modos freudianos de subjetivação infantil: o infantil filiado e o infantil mortífero.

4. Foucault define universais antropológicos como "tudo o que nos é proposto em nosso saber, como sendo de validade universal, quanto à natureza humana ou às categorias que se podem aplicar ao sujeito" (2004a [1984a], p. 237).

5. De acordo com Foucault (2000a [1971]), a genealogia reintroduz no devir tudo o que se considera transcendente no humano. Ela analisa práticas históricas em termos de correlações de forças e como acontecimentos, cuja proveniência encontra-se dispersa em séries descontínuas de outros acontecimentos e cuja emergência ocorre como uma irrupção de singularidade. A genealogia caracteriza-se, também, por deflagrar o processo de investigação a partir de uma problematização da atualidade (cf. Foucault, 2004a [1984b]).

6. Foucault compreende dispositivo como uma rede de domínios do saber e de técnicas de poder, em cujas dobras constitui-se um sujeito (cf. Deleuze, 1988; 1996).

7. Em outro momento, Freud (1996 [1937]) coloca sob suspeita os efeitos de tal esclarecimento, afirmando que as crianças aderem tenazmente às fantasias que correspondem à sua organização libidinal.

8. Dimensão da vida psíquica postulada por Freud (1996 [1915a]), a qual é engendrada pela operação de recalcamento (cf. Freud, 1996 [1915b]), que cinde o sujeito e produz o apagamento, na consciência, das representações conflituosas – especialmente as de natureza sexual infantil.

9. Posteriormente, Freud (1996 [1916-17]) torna-se cético em relação à possibilidade da Educação possuir um efeito profilático sobre a formação de neuroses. Nesse sentido, argumenta que os processos que conduzem a uma neurose são complexos e que não são inteiramente influenciáveis – sobretudo o que denomina fator constitucional. Além disso, Freud (1996 [1933]) sustenta que a medida exata entre reprimir e liberar é extremamente difícil de ser atingida, dadas as diferenças que se observam entre as crianças, as sutilezas dos processos inconscientes e as dificuldades subjetivas dos educadores com a sua própria infância.

10. Inicialmente imbricadas às pulsões de autoconservação, posteriormente as pulsões sexuais adquirem autonomia no que concerne aos seus alvos e aos seus objetos (cf. Freud, 1996 [1915c]).

11. Freud postula que, quando o desenvolvimento libidinal "(...) do auto-erotismo ao amor objetal com seu objetivo de união dos genitais, não se realizou de forma perfeita e completa" (1996 [1908], p. 175), os componentes sexuais infantis sobrecarregam-se, produzindo dois tipos de desvios: as perversões e as neuroses. Sobre as relações existentes entre essas duas formas de distúrbio, acrescenta: "defini as neuroses como

o 'negativo' das perversões porque nas neuroses os impulsos pervertidos, após terem sido reprimidos, manifestam-se a partir da parte inconsciente da mente – porque as neuroses contêm as mesmas tendências, ainda que em estado de 'repressão', das perversões positivas" (idem, p. 177).

12. Corazza (2000) constrói o conceito de dispositivo de infantilidade em torno de duas grandes linhas de ruptura: a) a que se relaciona à temática do fim-da-infância ("a-vida-a-morte da infantilidade"), mediante a subordinação das subjetividades infantis e a adultização das crianças/infantilização dos adultos – com as figuras correspondentes do infantil dependente e adulto; b) e a que se vincula aos esforços no sentido da produção de uma infância-sem-fim ("mais-valia de uma infância sem fim"), por meio da pedagogização do corpo-alma infantil e da sexualização do infantil/infantilização do sexo – com as figuras do infantil educado e sexuado.

13. De acordo com Foucault (1995a), o corte operado por Freud na psicopatologia moderna se dá com a formulação do conceito de inconsciente – e não com a teoria da sexualidade –, conceito este que pressupõe um sujeito cindido e descentrado em relação a uma consciência racional e moral.

14. Neste artigo, o termo instinto, adotado pela Imago como tradução do conceito freudiano *trieb* (cf. Laplanche e Pontalis, 1986), é utilizado apenas nas citações textuais, optando-se, em outras circunstâncias, pelas expressões impulso ou pulsão.

15. Em relação ao menino Hans, Freud assinala que "(...) ele não é a única criança que foi atingida por uma fobia em uma época ou outra na sua infância. Problemas desse tipo são conhecidos por serem extraordinariamente freqüentes, mesmo em crianças cujo cuidado da educação não deixava nada a desejar" (1996 [1909], p. 127).

16. Podemos pensar que a infância onanista, erigida pela vigorosa campanha antimasturbação infantil, que atravessa todo o século XIX (cf. Foucault, 1997), consiste em um dos fatores que tornam possível a elaboração da infância sexuada freudiana, por meio do deslocamento de algumas das suas técnicas de governo (nos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, Freud define a masturbação como o poder executivo da sexualidade infantil e fonte principal de culpa na infância, dadas as suas vinculações com fantasias de incesto).

17. Em outro artigo, Freud (1996 [1925]) trata de afrouxar esses vínculos, assinalando a incontornável diferença existente entre analisar e educar, embora reconheça a possibilidade de que ambas as atividades adotem um objetivo comum.

18. Neste artigo, o termo repressão, adotado pela Imago como tradução do conceito freudiano *verdrängung* (cf. Laplanche e Pontalis, 1986) – o qual designa uma operação psíquica específica, descrita acima –, é utilizado apenas nas citações textuais (ou quando se refere à ação de uma força coercitiva exterior a um sujeito), optando-se, em outras circunstâncias, pelas expressões recalcamento ou recalque.

19. Na Antiguidade greco-romana, o dizer verdadeiro – a *parrhesía* – diferencia-se da confissão cristã, pois não se baseia na interrogação hermenêutica do desejo, na qual o sujeito do enunciado coincide com o sujeito da enunciação e a palavra percorre o caminho que leva do dirigido ao diretor de consciência. De acordo com Foucault (2004b), a *parrhesía* é a palavra livre do mestre, por meio da qual a verdade – isto é, a compreensão da ordem ao mesmo tempo natural e divina do mundo (o *logos*), em sua racionalidade imanente – é transmitida aos discípulos, o que pressupõe a

adequação entre o sujeito da enunciação e o sujeito da conduta (o mestre tem de ter subjetivado a verdade para poder ensiná-la).

20. Na experiência cristã da carne, os atos e prazeres associados ao desejo não consistem no foco principal de problematização moral. Em contrapartida, "na experiência [grega e latina] dos *aphrodisia* (...), ato, desejo e prazer formam um conjunto cujos elementos (...) podem ser distinguidos mas que são fortemente associados uns aos outros" (Foucault, 2001b, p. 42).

21 "Por confissão entendo todos estes procedimentos pelos quais se incita o sujeito a produzir sobre sua sexualidade um discurso de verdade que é capaz de ter efeitos sobre o próprio sujeito" (Foucault, 1995a, p. 264).

Referências Bibliográficas

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

CORAZZA, Sandra. *História da infância sem fim*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2000.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. O que é um dispositivo? In: *O mistério de Ariana*. Lisboa: Vega, 1996.

_____; GUATTARI, Félix. *O anti-Édipo*: capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

FILLOUX, Jean-Claude. Psicanálise e Educação, pontos de referência. In: *Estilos da clínica*: revista sobre a infância com problemas, São Paulo, ano 2, n. 2, jul./dez., 1997, p. 8-17.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. Sobre a história da sexualidade. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1995a.

_____. O sujeito e o poder. In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica*: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995b.

_____. Não ao sexo rei. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1995c.

_____. *História da sexualidade I*: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

_____. Las técnicas de sí. In: GABILONDO, Ángel (Org.). *Estética, ética y hermenéutica*. Barcelona: Paidós, 1999.

_____. Nietzsche, a genealogia, a história (1971). In: MOTTA, Manoel Barros (Org.). *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000a. Coleção Ditos e Escritos: II.

_____. O que são as Luzes? (1984). In: MOTTA, Manoel Barros (Org.). *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000a. Coleção Ditos e Escritos: II.

_____. *Doença mental e Psicologia*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000b.

_____. O que é um autor? (1969). In: MOTTA, Manoel Barros (Org.). *Estética: literatura e pintura, música e cinema*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001a. Coleção Ditos e Escritos: IV.

_____. *História da sexualidade II*: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 2001b.

_____. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau Ed., 2001c.

_____. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2002a.

_____. *As palavras e as coisas*: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2002b.

_____. O combate da castidade (1982). In: MOTTA, Manoel Barros (Org.). *Ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004a. Coleção Ditos e Escritos: V.

_____. Foucault (1984a). In: MOTTA, Manoel Barros (Org.). *Ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004a. Coleção Ditos e Escritos: V.

_____. O cuidado com a verdade (1984b). In: MOTTA, Manoel Barros (Org.). *Ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004a. Coleção Ditos e Escritos: V.

_____. *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2004b.

FREUD, Sigmund. *Projeto para uma Psicologia científica* (1895). Edição standardbrasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 1.

_____. *A interpretação dos sonhos* (1900). Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 4 e 5.

_____. *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905). Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 7.

_____. *O esclarecimento sexual das crianças* (1907). Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 9.

_____. *Moral sexual 'civilizada' e doença nervosa moderna* (1908). Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 9.

_____. *Análise de uma fobia em um menino de cinco anos* (1909). Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 10.

_____. *Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental* (1911). Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 12.

_____. *O interesse científico da Psicanálise* (1913a). Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 13.

_____. *Introdução a "The psycho-analytic method", de Pfister* (1913b). Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 12.

_____. *O inconsciente* (1915a). Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 14.

_____. *Repressão* (1915b). Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 14.

_____. *Os instintos e suas vicissitudes* (1915c). Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 14.

_____. Os caminhos da formação dos sintomas. In: *Conferências introdutórias sobre Psicanálise* (1916-17). Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 16.

_____. *Prefácio a "Juventude desorientada", de Aichhorn* (1925). Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 19.

_____. Explicações, aplicações e orientações. In: *Novas conferências introdutórias sobre Psicanálise* (1933). Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 22.

_____. *Análise terminável e interminável* (1937). Edição standard brasileira das obraspsicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 23.

KUPFER, Maria Cristina. *Freud e a Educação:* o mestre do impossível. São Paulo: Scipione, 1997.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.-B. *Vocabulário da Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

Amadeu de Oliveira Weinmann é psicólogo, historiador, especialista em Clínica Psicanalítica e doutorando em Educação (PPGEDU/UFRGS).

Endereço para correspondência:
weinmann.amadeu@gmail.com